



ARTIGO ORIGINAL

Análise do perfil profissional dos trabalhadores da rede de saúde da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Analysis of the professional profile of workers in the health network of the West Coordination of Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Análisis del perfil profesional de los trabajadores de la red de salud de la Coordinación Oeste de Porto Alegre, Rio Grande do Sul

 Vanessa Maria Panozzo*
 Carolina Araujo Londero**
 Taís Lopes Pereira***
 Laura Salvaterra Domingues Lemos****
 Luciane Maria Pilotto*****

RESUMO

Introdução: A relação de trabalho na Atenção Primária à Saúde (APS) com os serviços de média complexidade baseiam-se na interprofissionalidade e no trabalho colaborativo. Assim, conhecer o perfil destes profissionais é fundamental para o subsídio de novas abordagens de qualificação do cuidado, por meio de ações de educação permanente em saúde. **Objetivo:** Analisar o perfil dos trabalhadores da APS e serviços de média complexidade da Coordenadoria Oeste de Saúde do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Metodologia:** Pesquisa observacional transversal, com coleta de dados realizada por formulário eletrônico, entre novembro de 2021 e março de 2022. Os participantes do estudo foram trabalhadores da saúde vinculados à Coordenadoria Oeste. As variáveis pesquisadas relacionaram-se com características do perfil dos profissionais/gestores. As análises foram realizadas no *software* R. **Resultados:** A amostra foi constituída por 84 participantes, sendo 63 (75%) pessoas brancas, 20 (23,8%) pessoas pretas e uma (1,2%) se declarou indígena. Ainda, 65 (77,4%) eram mulheres cisgênero e

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: vanessapanozzob@gmail.com.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: carolina.alondero@gmail.com.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: taisestudoss@gmail.com.

****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: lauralemosdomingues@gmail.com.

*****Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: luciane.pilotto@ufrgs.br.

Autora para correspondência: Vanessa Maria Panozzo. E-mail: vanessapanozzob@gmail.com.

16 (19%) homens cisgênero. A maior parte dos respondentes tinha 40 anos ou mais (48,8%) e ensino superior, com um número maior de enfermeiros (27,4%), médicos (23,8%) e técnicos de Enfermagem (15,5%). A grande maioria (65,5%) tinha realizado cursos de pós-graduação, especialmente especialização (36,9%). Eram profissionais que atuavam na assistência à saúde (76,2%), por um tempo de até 3 anos (75%). **Conclusão:** O estudo encontrou a predominância de mulheres cisgênero e brancas. Houve pequena participação de determinadas profissões, o que pode sugerir um baixo número destes profissionais na rede de saúde, afetando a integralidade do cuidado. O tempo restrito de atuação dos profissionais nesta Coordenadoria pode ser explicado pelo fim do Instituto Municipal da Estratégia da Saúde da Família (IMESF) e da terceirização da APS, sendo necessário analisar as relações de trabalho e sua interferência na produção do cuidado.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde. Descrição de Cargo. Pessoal de Saúde. Serviços Terceirizados.

ABSTRACT

Introduction: The working relationship in Primary Health Care (PHC) with medium complexity services is based on interprofessionality and collaborative work. Therefore, knowing the profile of these professionals is essential to support new approaches to qualifying care, through ongoing health education actions. **Objective:** To analyze the profile of PHC workers and medium complexity services in the Western Health Coordination in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. **Method:** Cross-sectional observational research, with data collection carried out via electronic form, between November 2021 and March 2022. The study participants were health workers linked to the West Coordination. The variables researched were related to characteristics of the profile of professionals/managers. The analyzes were carried out using the R software. **Results:** The sample consisted of 84 participants, 63 (75%) white people, 20 (23.8%) black people and one (1.2%) declared themselves indigenous. Furthermore, 65 (77.4%) were cisgender women and 16 (19%) cisgender men. Most respondents were 40 years old or over (48.8%) and had higher education, with a greater number of nurses (27.4%), doctors (23.8%) and nursing technicians (15.5%). The vast majority (65.5%) had completed postgraduate courses, especially specialization (36.9%). They were professionals who worked in health care (76.2%), for a period of up to 3 years (75%). **Conclusion:** The study found a predominance of cisgender and white women. There was little participation of certain professions, which may suggest a low number of these professionals in the health network, affecting the comprehensiveness of care. The restricted working time of professionals in this Coordination can be explained by the end of the Municipal Institute of Family Health Strategy (IMESF) and the outsourcing of PHC, making it necessary to analyze work relationships and their interference in the production of care.

Keywords: Primary Health Care. Job Description. Health Personnel. Outsourced Services.

RESUMEN

Introducción: La relación de trabajo en la Atención Primaria de Salud (APS) con los servicios de mediana complejidad se basa en la interprofesionalidad y el trabajo colaborativo. Por lo tanto, conocer el perfil de estos profesionales es fundamental para apoyar nuevos enfoques de calificación de la atención, a través de acciones de educación continua en salud. **Objetivo:** Analizar el perfil de los trabajadores de APS y servicios de mediana complejidad en la Coordinación de Salud Occidental en la ciudad de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Método:** Investigación observacional transversal, con recolección de datos realizada vía formulario electrónico, entre noviembre de 2021 y marzo de 2022. Los participantes del estudio fueron trabajadores de la salud vinculados a la Coordinación de Occidente. Las variables investigadas estuvieron relacionadas con características del perfil de los profesionales/gerentes. Los análisis se realizaron utilizando el *software* R. **Resultados:** La muestra estuvo compuesta por 84 participantes, 63 (75%) blancos, 20 (23,8%) negros y uno (1,2%) se declaró indígena. Además,

65 (77,4%) eran mujeres cisgénero y 16 (19%) hombres cisgénero. La mayoría de los encuestados tenía 40 años o más (48,8%) y educación superior, con mayor número de enfermeros (27,4%), médicos (23,8%) y técnicos de enfermería (15,5%). La gran mayoría (65,5%) había completado cursos de posgrado, especialmente de especialización (36,9%). Eran profesionales que laboraban en el ámbito de la salud (76,2%), por un período de hasta 3 años (75%).

Conclusión: El estudio encontró predominio de mujeres cisgénero y blancas. Hubo poca participación de ciertas profesiones, lo que puede sugerir uno bajo número de estos profesionales en la red de salud, afectando la integralidad de la atención. La restricción del tiempo de trabajo de los profesionales de esta Coordinación puede explicarse por el fin de la Estrategia del Instituto Municipal de Salud de la Familia (IMESF) y la tercerización de la APS, siendo necesario analizar las relaciones de trabajo y su injerencia en la producción del cuidado.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud. Perfil Laboral. Personal de Salud. Servicios Externos.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Básica, no Brasil, foi aprovada em 28 de março de 2006 pela Portaria nº 648/GM (Brasil, 2006), sendo revisada nos anos de 2011 e 2017. A partir desta política pública, a construção de modos de cuidados foram buscados, destacando-se a Estratégia de Saúde da Família (ESF) como o principal meio para expansão e consolidação da Atenção Primária à Saúde (APS), capaz de proporcionar um cuidado mais personalizado e próximo da população (Brasil, 2017). Isso trouxe uma perspectiva da prevenção e promoção da saúde que buscasse garantir o bem-estar e qualidade de vida das pessoas, investindo nos serviços e ainda nos profissionais para a realização do cuidado primário em saúde. Neste sentido, reflete-se que o pensar e o fazer saúde requerem a organização de trabalho e demandam o desenvolvimento de processos que possibilitem aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS), no território das ESF e do sistema municipal de saúde na sua totalidade, o aprendizado de outros conhecimentos, saberes e formas de atuação.

As equipes que atuam na APS, bem como os profissionais dos serviços de média e alta complexidade – atenção de média e alta complexidade – constituem-se por pessoas de diferentes áreas, em ambientes de troca de informações, desenvolvimento de novas ideias e resolução de problemas. É um processo marcado por desafios constantes naquilo que consiste na execução dos processos de trabalho de forma colaborativa e interprofissional, uma vez que a dinâmica da realidade impõe mudanças significativas. Cabe considerar que há um investimento importante a partir das próprias legislações, nas relações de trabalho na APS, com premissas de trabalho baseadas na interprofissionalidade e no trabalho colaborativo (Peduzzi; Agreli, 2018). Assim, o conhecimento acerca do perfil destes profissionais é uma importante ferramenta para o subsídio de novas abordagens de qualificação do cuidado, por meio de ações de educação permanente em saúde, estimulando a comunicação da equipe, melhorando a satisfação de trabalhadores e usuários e levando à ampliação da assistência, do acolhimento e do vínculo na APS (Cotta *et al.*, 2006).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é considerada um instrumento de gestão potente para superar a divergência entre a orientação dos trabalhadores de saúde e os princípios e diretrizes do SUS (Brasil, 2014). Aposta-se na APS como processo que considera os diferentes conhecimentos dos profissionais da saúde, articulando-os aos dilemas enfrentados por estes no cotidiano, visando a construção coletiva de novos saberes. Dessa forma, compreende-se a EPS enquanto

[...] norteadora de novas práticas que orientam a reflexão sobre o trabalho e a construção de processos de aprendizagem colaborativa e significativa, ofertando ações coletivas de desenvolvimento aos trabalhadores, a partir dos principais desafios identificados pelas equipes no cotidiano do trabalho [...] (Brasil, 2014, p. 5).

A organização e a gestão dos processos de trabalho em saúde constituem um dos eixos centrais da reordenação da atenção à saúde no SUS. Segundo Faria *et al.* (2009), a reflexão crítica e contínua sobre o processo de trabalho e sua transformação é necessária e constitui uma parte central do processo de desenvolvimento e aumenta com a complexidade e com a indeterminação dos processos de trabalho. Nesse sentido, quanto mais complexo o processo de trabalho e quanto menos sistematizado ele for, mais difícil será refletir sobre ele. Os autores destacam a importância para os trabalhadores aí inseridos que desenvolvam habilidades para a aplicação de instrumentos que possibilitem a reflexão crítica e transformação do seu processo de trabalho.

Nos processos de trabalho em saúde, os profissionais nas Unidades de Saúde desempenham um papel central para integrar em ato os componentes desse processo. Intermediando as relações entre os instrumentos e os sujeitos-objetos da intervenção, os profissionais, efetivam, assim, um projeto que possui tanto uma definição social quanto uma mediação pela intersubjetividade dos envolvidos.

Frente a isto, percebe-se que todo o processo de construção do sistema de saúde exige uma prática ampliada, crítica e reflexiva, juntamente com a inserção de novos saberes e fazeres no âmbito da saúde coletiva (Mascarenhas; Prado; Fernandes, 2013). Entretanto, trata-se de um processo que perpassa os trabalhadores dessa área, que devem estar inseridos no contexto de discussão sobre a qualidade do trabalho em saúde. Para Tomasi *et al.* (2008), os profissionais da APS constituem um grande contingente de força de trabalho no SUS e são a base do sistema de saúde e, portanto, protagonistas do desenvolvimento e da melhoria desse sistema. Para tanto, com as modificações da conjuntura da política de saúde na contemporaneidade e seus rebatimentos naquilo que diz respeito ao processo de cuidado da população, é relevante reconhecer o perfil e as particularidades dos profissionais da rede de saúde do município, com vistas a problematizar futuras estratégias de intervenção para qualificar o trabalho.

Rebouças, Legay e Abelha (2007) destacam que, historicamente, nas instituições públicas ou privadas, muitas vezes a prestação de serviços de saúde tem a necessidade de gerar lucros e explorar a força de trabalho. Fatores como falta de qualificação dos profissionais, salários baixos, não reposição de pessoal, alta rotatividade de trabalhadores e convivência de funcionários sob regimes autoritários dentro das instituições, acarretam dificuldades de gerenciamento do sistema de saúde.

É consenso entre gestores e trabalhadores do SUS, em todas as esferas de governo, de que a formação, o desempenho e a gestão dos recursos humanos afetam, profundamente, a qualidade dos serviços prestados e o grau de satisfação dos usuários (Organização Pan-Americana da Saúde, 2002; Cotta *et al.*, 2006). Destaca-se a formação e a educação dos profissionais para a abordagem do processo saúde-doença como um importante desafio para a condução dos processos de trabalho em sintonia com as políticas de saúde. Entende-se que os profissionais da saúde devem ser capazes de planejar, organizar, desenvolver e avaliar ações que respondam às necessidades da comunidade, na articulação com os diferentes setores envolvidos na promoção da saúde, e é indispensável para o SUS uma política nacional de recursos

humanos efetiva, que incorpore ações como a qualificação e/ou formação permanente de seus trabalhadores.

As características pessoais, humanas e do fazer interdisciplinar/interprofissional de formação dos profissionais que atuam na área da saúde são importantes de se considerar, para se obter uma informação mais ampla e melhor sobre a saúde da comunidade (Beinner; Beinner, 2004). Portanto, conhecer o perfil dos profissionais nos serviços auxilia na compreensão, elaboração e na adoção de medidas para qualificação do trabalho por profissionais de saúde, tendo em vista um melhor desempenho das atividades sanitárias e de uma atenção mais adequada e condizente com as necessidades da população.

Este estudo tem por objetivo analisar o perfil dos trabalhadores da APS e dos serviços de média complexidade na Coordenadoria Oeste do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa com delineamento observacional transversal realizada na Coordenadoria Oeste do município de Porto Alegre (RS), composta pelos distritos sanitários Glória, Cruzeiro, Cristal e Centro. No município de Porto Alegre, após a contratualização das Unidades de Saúde da APS ocorrida em 2019, o território passou a ser organizado em quatro gerências distritais – Leste, Oeste, Norte e Sul (Porto Alegre, 2021), também chamadas de Coordenadorias de Saúde. A Coordenadoria Oeste, local do estudo, corresponde ao distrito docente assistencial (DDA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os DDA são os territórios de atuação preferencial do município com as universidades, foram organizados para atender o compromisso da integração ensino-serviço-comunidade. Na Coordenadoria Oeste são prestados serviços de atenção primária e secundária para 425.206 habitantes (Porto Alegre, 2021). Ainda, refere-se que dentre os habitantes do território da Coordenadoria, 139.952 são pessoas negras, 14.561 são crianças de 0 a 5 anos e 34.607 são pessoas idosas (Porto Alegre, 2024).

A coleta e o levantamento de dados foram realizados por meio de formulário eletrônico – *google forms* – respondido pelos trabalhadores desta Coordenadoria. O período da coleta de dados foi nos meses de novembro de 2021 a março de 2022. Foram convidados a participar e preencher o questionário todos os trabalhadores da saúde da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre que atuavam na APS e na média complexidade, aproximadamente 530 profissionais. Os gerentes dos serviços e seus apoiadores também foram convidados a responder ao questionário, partindo da consideração destes como trabalhadores de saúde, implicados no processo de cuidado. Ademais, ressalta-se que os participantes responderam ao questionário mediante a assinatura do Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como critérios de inclusão, os profissionais deveriam estar atuando nos serviços no momento de realização da pesquisa, tanto na assistência quanto na gestão, nos serviços de saúde da atenção primária e da média complexidade desta Coordenadoria. Foram excluídos os profissionais que estavam em férias ou em licença do trabalho.

Os participantes foram convidados a participar do estudo após a apresentação do projeto de pesquisa em reunião previamente combinada com as coordenadoras. Nesta ocasião, respondeu-se às dúvidas e se solicitou a colaboração dos profissionais, expondo também os benefícios e possíveis riscos decorrentes da participação no estudo. Na sequência, foi

elaborado um texto resumo do projeto para as coordenadoras enviarem a todos os profissionais dos seus territórios, onde foi disponibilizado um e-mail para os profissionais interessados se comunicarem com a equipe pesquisadora. Aqueles profissionais que tiveram interesse em participar da pesquisa enviaram sua manifestação individual para o e-mail informado. A partir disso, a equipe enviou, individualmente, o TCLE para assinatura e, após receber este assinado, foi encaminhado o *link* do questionário da pesquisa, com as devidas orientações sobre o seu preenchimento.

As variáveis foram oriundas dos questionários do estudo e estão relacionadas com características dos trabalhadores/gestores (identidade de gênero, raça/cor, idade, profissão, pós-graduação, experiência profissional, local e tempo de atuação).

Os dados foram analisados no *software* R versão 4.2.1, usando a interface do RStudio. Para a análise dos dados foi realizada uma avaliação por meio da estatística descritiva, bem como as frequências absolutas e relativas para as variáveis categóricas selecionadas. Os resultados foram apresentados em tabelas, utilizando o *software* Microsoft Excel.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (CAAE 46963521.0.0000.5334 – Parecer nº 5.032.747) e da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (CAAE 46963521.0.3001.5338 – Parecer nº 5.351.086).

RESULTADOS

Participaram do estudo 84 trabalhadores de saúde da Coordenadoria (taxa de resposta de 15%). Na Tabela 1 são apresentadas as características sociodemográficas dos participantes. Observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa se autodeclarou como branca (75%). Ainda, se percebeu uma predominância de mulheres cisgênero (77,4%). O estudo também indicou que grande parte dos profissionais possuía 40 anos ou mais (48,8%) e 21,4%, menos de 30 anos.

Na Tabela 2, as profissões participantes do estudo são apresentadas, com destaque para os profissionais enfermeiros (27,4%), médicos (23,8%) e técnicos de Enfermagem (15,5%).

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos trabalhadores da saúde da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre/RS, 2022.

VARIÁVEIS	n	%
IDENTIDADE DE GÊNERO		
Homem cis	16	19,0
Mulher cis	65	77,4
Mulher trans	1	1,2
Pessoa não binária ou de gênero fluido	1	1,2
Prefiro não informar	1	1,2
RAÇA/COR		
Branca	63	75,0
Indígena	1	1,2
Negra	20	23,8
IDADE		
40 anos ou mais	41	48,8
30 a 39 anos	25	29,8
Menos de 30 anos	18	21,4
TOTAL	84	100,0

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

Tabela 2 – Profissão dos trabalhadores da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre/RS, 2022.

PROFISSÃO	n	%
Agente Comunitário de Saúde	4	4,8
Auxiliar de Saúde Bucal	1	1,2
Enfermagem	23	27,4
Farmácia	6	7,1
Fonoaudiologia	2	2,4
Medicina	20	23,8
Nutrição	1	1,2
Odontologia	8	9,5
Psicologia	3	3,6
Técnico de Enfermagem	13	15,5
Técnico de Saúde Bucal	1	1,2
Não informado	2	2,4

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

No que se refere à formação dos profissionais (Tabela 3), observou-se que a grande maioria (65,5%) tinha realizado cursos de pós-graduação, especialmente especialização (36,9%).

Tabela 3 – Pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) de profissionais da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre/RS, 2022.

PÓS-GRADUAÇÃO	n	%
Residência	7	8,3
Especialização	31	36,9
Especialização, Residência	8	9,5
Especialização, Mestrado	3	3,6
Especialização, Residência, Mestrado	2	2,4
Mestrado	2	2,4
Residência, Mestrado, Doutorado	1	1,2
Doutorado	1	1,2
Não realizou pós-graduação	11	13,1
Não se aplica/Não graduado	18	21,4

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

A experiência profissional destes trabalhadores também foi avaliada (Tabela 4). A maioria dos trabalhadores (63,1%) possuía atuação prévia na APS e na atenção de média e alta complexidade. Apenas dois participantes relataram não possuir experiência prévia na atenção à saúde. Já em relação ao local e tempo de atuação desses profissionais, prevalece a assistência à saúde (76,2%), com atuação na Coordenadoria de 1 a 3 anos (53,6%) e de até 6 meses (21,4%).

Tabela 4 – Experiência profissional, local e tempo de atuação dos trabalhadores da Coordenadoria Oeste de Porto Alegre/RS, 2022.

VARIÁVEIS	n	%
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
Atenção Primária à Saúde	19	22,6
Atenção Primária à Saúde e atenção de média e alta complexidade	53	63,1
Atenção de média e alta complexidade	10	11,9
Não possui experiência prévia na atenção à saúde	2	2,4
LOCAL DE ATUAÇÃO		
Assistência à saúde	64	76,2
Coordenadoria/gestão	10	11,9
Ambos	10	11,9
TEMPO DE ATUAÇÃO		
Menos de 6 meses	18	21,4
Até 1 ano	13	15,5
Até 2 anos	18	21,4
Até 3 anos	14	16,7
Até 4 anos	5	5,9
Até 5 anos	2	2,4
Mais de 5 anos	14	16,7

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

DISCUSSÃO

A presente pesquisa buscou analisar o perfil dos trabalhadores da APS e serviços de média complexidade da Coordenadoria Oeste de Saúde do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Os resultados mostraram que há mais mulheres do que homens, sendo elas cisgênero, e a grande maioria autodeclarando-se como branca e heterossexual, tendo uma média de idade de 40 anos ou mais. Pode-se notar que não há trabalhadores indígenas ocupando funções que requisitam ensino superior nos serviços de saúde desta Coordenadoria, sendo a única pessoa dessa etnia um Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Estes dados vão ao encontro do estudo de Tomasi *et al.* (2008), no qual os autores, ao investigarem o perfil sócio-demográfico e epidemiológico dos trabalhadores da atenção básica à saúde nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, encontraram que 81% dos trabalhadores em saúde eram do sexo feminino, com média de idade de 31 a 45 anos, e que entre os profissionais de ensino superior completo, apenas 37% tinham especialização. Acrescenta-se, ainda, o estudo de Corrêa *et al.* (2012), o qual identificou que o perfil sociodemográfico de enfermeiros é de maioria feminina (88,6%), com realização de cursos de pós-graduação (73,4%). Nesse sentido, aponta-se que em nosso estudo, apenas pequena parte dos respondentes não possuía formação na pós-graduação.

Outros estudos também mostraram a predominância de mulheres no trabalho em saúde. No estudo de Alves (2008), o quadro gerencial era composto na maioria por mulheres, enfermeiras, com idade entre 36 e 50 anos e na pesquisa de Rocha *et al.* (2009), a maioria dos trabalhadores era mulher (97,9%), com idade entre 31 e 40 anos. Ximenes Neto e Sampaio (2007) elaboraram o perfil sociodemográfico e educacional dos gerentes de território da Estratégia Saúde da Família (ESF) no Ceará, no período de 2006 a 2007, e constataram que 92,9%, eram do sexo feminino. De forma similar, Marsiglia (2011), ao levantar o perfil dos trabalhadores das Unidades de Saúde no município de São Paulo, encontrou que 80,7% dos participantes eram mulheres. Castro *et al.* (2017) pesquisaram o perfil sociodemográfico de ACS em Juazeiro, na Bahia, e mostraram que 81,4% dos participantes eram mulheres, com até 40 anos. Pintom *et al.* (2015), quando identificaram o perfil de saúde dos trabalhadores das Estratégias de Saúde da Família de Santa Rosa (RS), também perceberam a predominância do sexo feminino, entre 40 a 49 anos, da cor branca.

Ao longo das décadas, um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho tem sido observada, porém, ainda centralizada em determinados setores de atividades e reunindo poucas profissões (Wermelinger *et al.*, 2010). As mulheres, ainda, ocupam serviços domésticos e administrativos em áreas sociais, educacionais e na saúde. No setor saúde, a participação feminina chega a quase 70% do total, com 62% da força de trabalho das categorias profissionais de ensino superior. A categoria profissional mais feminilizada é a dos nutricionistas, nas quais as mulheres correspondem a 95% dos profissionais. Pode-se notar, contudo, que profissões em que tinham a predominância de homens – como Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia – estão cada vez mais sendo procuradas por mulheres, apresentando percentuais cada vez mais elevados de mulheres. Percebe-se, então, que a mulher está ocupando lugares onde tem-se menor resistência funcional, trabalhos socialmente considerados “funções femininas”, como trabalhadoras de saúde (assistentes sociais, enfermeiras, nutricionistas, parteiras e psicólogas), camareiras, empregadas domésticas, secretárias, professoras (Wermelinger *et al.*, 2010). Este estudo, apesar de não realizar análises estratificadas por identidade de gênero, possui alto percentual de mulheres respondentes.

O trabalho de ACS iniciou no Brasil nos anos 1990, a partir de um estudo-piloto do Ministério da Saúde no estado da Paraíba, onde foi implantado o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Em 2012, o Brasil apresentava mais de duzentos mil ACS e sua expressiva maioria era composta por mulheres. Para os homens, ser ACS é encarado como um trabalho profissional, enquanto para as mulheres é visto como uma vocação (Barbosa *et al.*, 2012). Na Saúde Coletiva, a relação conceitual de

gênero, trabalho e saúde é essencial para se abordar a saúde das mulheres de forma crítica, ampliada e integral, considerando-se a dialética entre trabalho produtivo e reprodutivo, e tornando visível a dinâmica saúde-trabalho e seus impactos objetivos e subjetivos sobre a vida e a saúde das mulheres (Barbosa *et al.*, 2012, p. 762).

Além da questão de gênero, a de raça/cor continua evidenciada pelos números apresentados nos resultados deste estudo, nos quais temos uma maioria branca. Segundo Schucman (2012), a raça não se trata de um quesito biológico, mas sim de uma construção social, socialmente eficaz para a manutenção e reprodução de diferenças e privilégios. A categoria raça passa a ser apropriada pelo movimento negro, tornando-se elemento que fomenta a articulação política em torno da negritude (Schucman, 2012). Neste estudo, é interessante ressaltar a importância da discussão sobre a questão racial, uma vez que, no Brasil, o racismo é tanto produto quanto produtor da categoria raça, sendo um fenômeno que reforça as relações desiguais. Assim, entende-se que o racismo se dá “a partir da naturalização e essencialização da falácia de diferenças biológicas, as quais, dentro da lógica brasileira, se manifestam pelo fenótipo e aparência dos indivíduos de diferentes grupos sociais” (Schucman, 2012, p. 41). Importante destacar que o racismo também pode ser definido como: um sistema de poder que opera na sociedade de forma estrutural e institucional, que baseia-se na discriminação e opressão, não limitando-se a apenas atitudes individuais, mas sistêmicas (Werneck, 2016). Ainda assim, debate-se o racismo estrutural, que manifesta-se nas estruturas sociais, instituições e políticas, perpetuando as desigualdades sociais (Almeida, 2019).

Quanto ao presente estudo, aponta-se que a pequena quantidade de profissionais auto-declarados negros, o que pode indicar um reforço da dificuldade destas pessoas para ocupar cargos nos serviços de saúde em todos os níveis. A análise da relação entre raça/cor e profissão, revela que a maioria da população negra participante desta pesquisa está ocupando o nível médio no trabalho, evidenciando a desigualdade estrutural, nesse caso o racismo, no acesso a profissões de maior qualificação. Nesse sentido, é fundamental discutir o impacto das políticas de ações afirmativas, como as cotas para ingresso, que têm o potencial de transformar esse cenário ao promover a inclusão de grupos historicamente discriminados no ensino superior e em espaços de maior prestígio profissional (Kern, 2012). Além disso, destaca-se a necessidade urgente de implementação de reservas de vagas em processos seletivos, ainda ausentes em muitas áreas, como estratégia para corrigir disparidades históricas e fomentar a equidade e justiça social.

Também pode-se constatar que há ainda poucas pesquisas de perfil sociodemográfico abordando as questões de gênero e sexualidade no Brasil. Tal lacuna associa-se a uma sociedade regida por preceitos heteronormativos, onde acontecem ações de preconceito e discriminação frente à presença de travestis e transexuais que iniciam no contexto familiar e na comunidade em que estão inseridas/os. As pessoas transexuais são marginalizadas e quase não recebem oportunidades, sendo notoriamente difíceis as inserções no mundo do

trabalho (Ferreira; Ribeiro; Brito, 2022). Isso acaba por culminar diretamente no acesso ao mercado de trabalho formal, o processo de inserção no mercado de trabalho depende de diversos fatores, como: acesso à educação e à capacitação. No que perpassa a população travesti e transgênero, existe o marcador social da identidade de gênero, em nossos achados identificou-se que havia apenas 1 (1,2%) mulher trans. Um debate necessário é a ampliação de políticas públicas direcionadas a essa comunidade, sendo necessárias maiores oportunidades educacionais (Almeida; Vasconcelos, 2018).

Reflete-se que o pequeno tempo de atuação profissional nos serviços pode ser explicado pelos ataques que a política de saúde vem sofrendo no Brasil e que tensionam os processos de cuidado consolidados a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica do SUS. Neste sentido, identifica-se que o momento de fragilidade vivido mundialmente com a pandemia de COVID-19, repercutiu não só nas condições de vida da população brasileira, mas também, na precarização da política de saúde, bem como dos processos de trabalho em saúde e ainda, do mundo do trabalho, interferindo diretamente nos processos de saúde-doença (Lima; Sampaio; Souza, 2024). Tal precarização se expressou, também, no fim do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (IMESF) e da terceirização da APS em Porto Alegre. Dessa forma, acredita-se que analisar as fragilidades nas relações de trabalho e sua interferência na produção do cuidado é necessário. Ainda, curtos tempos de atuação podem indicar rotatividade profissional e dificuldade no acompanhamento das famílias e longitudinalidade do cuidado.

Limitações devem ser consideradas nesta pesquisa, como a baixa taxa de resposta e o fato do instrumento de pesquisa ser *online*. O convite da pesquisa ter sido realizado para os responsáveis pelos serviços, que divulgaram entre suas Unidades, deve ser considerado para analisar o baixo percentual de respostas. A falta de respostas de determinadas categorias profissionais também sugere uma possível fragilidade do serviço para o cuidado integral em saúde, o que merece ser investigado em pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa mostraram que, entre os trabalhadores do SUS na Coordenadoria Oeste de Porto Alegre, há o predomínio de mulheres hetero, cisgênero e brancas ocupando funções de trabalho em saúde, o que mostra, na região, uma limitação de pessoas negras e indígenas, LGBTQIAPN+ nesses espaços. Percebeu-se a necessidade de ampliação de políticas públicas para inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, como pessoas trans e travestis, como também para população indígena, pois, em ambas, havia apenas um (1,2%) profissional exercendo tais cargos, não sendo delimitado seus cargos.

Neste estudo, não foi realizada análise estratificada pela raça/cor para identificar o nível educacional. Apesar disso, apenas 23,8% dos participantes da pesquisa se autodeclararam negros, sendo necessário discutir e implementar as reservas de vagas para pessoas negras nos serviços, especialmente de ensino superior.

Ainda, esta pesquisa teve pequena participação de profissionais de determinados núcleos profissionais, como Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia e nenhum participante dos núcleos de Fisioterapia e Medicina Veterinária. Isto pode mostrar uma fragilidade do serviço para a assistência integral à saúde da população, em função do baixo número ou falta destes profissionais na rede de saúde.

Os resultados apresentados no presente estudo não trazem dados conclusivos. Há questões que ainda precisam ser aprofundadas, principalmente relacionadas ao cuidado ofertado e aos resultados na saúde da população. Foi possível, contudo, analisar o perfil dos trabalhadores da rede de saúde da APS e de média complexidade na Coordenadoria Oeste do município de Porto Alegre e, com isso, pensar em estratégias para a qualificação profissional e para atender as necessidades da população.

Referências

- ALMEIDA, C. B.; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 302-333, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALVES, G. O espírito do toyotismo: reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 97-121, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34245>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BARBOSA, R. H. S. *et al.* Gênero e trabalho em Saúde: um olhar crítico sobre o trabalho de agentes comunitárias/os de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 16, n. 42, p. 751-765, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/6FVZggsJ3RwdKSCX5KfyLct/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- BEINNER, M. A.; BEINNER, R. P. C. Perfil de profissionais nas áreas de saúde e educação atuando em suas comunidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-83, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/VYqSpL34SttdQYXhzzJqndb/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Dispõe sobre a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa da Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 28 mar. 2006. Disponível em: http://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0648_28_03_2006_comp.html. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BRASIL. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Educação Permanente em Saúde**: um movimento instituinte de novas práticas no Ministério da Saúde: Agenda 2014. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_saude_movimento_instituente.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BRASIL. Portaria no 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 68, 22 set. 2017. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 17 dez. 2024.
- CASTRO, T. A. *et al.* Agentes comunitários de saúde: perfil sociodemográfico, emprego e satisfação com o trabalho em um município do semiárido baiano. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 294-301, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/ZrxpxGtjBGQPbG3zkYVLS5B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- CORRÊA, A. C. P. *et al.* Perfil sociodemográfico e profissional dos enfermeiros da atenção básica à saúde de Cuiabá - Mato Grosso. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 171-180, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a746/138c8ebb460a8299535978beb7c0174a550d.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- COTTA, R. M. M. *et al.* Organização do trabalho e perfil dos profissionais do Programa Saúde da Família: um desafio na reestruturação da atenção básica em saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 7-18, 2006. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v15n3/v15n3a02.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- FARIA, H. P. *et al.* **Processo de trabalho em saúde**. 2. ed. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2009. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/Processos-de-trabalho-2009.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- FERREIRA, F. F.; RIBEIRO, T. M. S.; BRITO, W. F. de. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 11, e3946, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e3946>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- KERN, G. S. **Ações afirmativas e educação**: um estudo genealógico sobre as relações raciais no Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Vel em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/56682>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- LIMA, I. C. S.; SAMPAIO, J. J. C.; SOUZA, K. C. A. Implicações da precarização do trabalho para gestão laboral e do cuidado na atenção psicossocial territorial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34071, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434071pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MARSIGLIA, R. M. G. Perfil dos trabalhadores da atenção básica em saúde no município de São Paulo: região norte e central da cidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 900-911, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/Zxkhs9j54x6T4J5hRfwfp9P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MASCARENHAS, C. H. M.; PRADO, F. O.; FERNANDES, M. H. Fatores associados à qualidade de vida de agentes comunitários de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1375-1386, 2013. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v18n5/23.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Desempenho em equipes de saúde**: manual. Rio de Janeiro: OPAS, 2002. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pdrh_des.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

PEDUZZI, M.; AGRELLI, H. F. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 22, p. 1525-1534, 2018. Supl. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0827>. Acesso em: 16 dez. 2024.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde 2022-2025**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/sms/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20SA%C3%A9DE%202022-2025.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Saúde. Coordenadoria de Saúde Oeste. **Mapa Vivo da Coordenadoria de Saúde Oeste**. Porto Alegre, 2024.

PINTOM, B. H. *et al.* Perfil de trabalhadores da saúde da atenção primária de Santa Rosa/RS. **Revista Saúde**, Santa Rosa, v. 9, n. 1-2, p. 20-31, 2015. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/saude/article/view/1970/1635>. Acesso em: 16 dez. 2024.

REBOUÇAS, D.; LEGAY, L. F.; ABELHA, L. Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 244-250, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/THfqW6dTjynqDkRwW5PWtzQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

ROCHA, B. S. *et al.* Enfermeiros coordenadores de equipe do Programa Saúde da Família: perfil profissional. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 229-233, 2009.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/en.php>. Acesso em: 19 nov. 2024.

TOMASI, E. *et al.* Perfil sócio-demográfico e epidemiológico dos trabalhadores da atenção básica à saúde nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 193-201, 2008. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v24s1/23.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

XIMENES NETO, F. R. G.; SAMPAIO, J. J. C. Gerentes do território na Estratégia Saúde da Família: análise e perfil de necessidades de qualificação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 6, p. 687-695, nov./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Pdd3dv7Fj8htrpDHGQ4H9ZL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2024.

WERMELINGER, M. *et al.* A força de trabalho do setor de saúde no Brasil: focalizando a feminização. **Divulgação em Saúde para Debate**, [s. l.], v. 45, p. 54-70, maio 2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/A%20Forca%20de%20Trabalho%20do%20Setor%20de%20Saude%20no%20Brasil%20.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2023.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 17 dez. 2024.

Fonte de financiamento

Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Contribuição das autoras

Vanessa Maria Panozzo - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Carolina Araujo Londero - elaboração do texto, análise dos dados, escrita do manuscrito e revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Taís Lopes Pereira - elaboração do texto, escrita do manuscrito e revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Laura Salvaterra Domingues Lemos - elaboração do texto, escrita do manuscrito e revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Luciane Maria Pilotto - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Responsabilidade editorial

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Recebido em: 25/11/2024

Aceito em: 30/12/2024

Publicado em: 31/12/2024